

IDENTIDADES TRANS NAS JUVENTUDES: DESAFIOS FAMILIARES E ESCOLARES NA LINHA TÊNUE ENTRE SER-NÃO SENDO, E NÃO SER-SEND¹

Pollyanna Rezende-Campos *
Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti **

Resumo: O estudo visa descrever e analisar – por meio de revisão de literatura e narrativas de jovens – vivências e relações (familiares e sociais), a partir de representações de sexualidades e de identidades de gêneros de jovens do ensino médio de uma escola da rede pública de Salvador, Bahia – Brasil. Com abordagem epistemológica crítica e de metodologia qualitativa, e em observações empíricas participativas e integradas ao cotidiano escolar, foram entrevistadas/os jovens de 18 a 24 anos acerca de suas experiências identitárias e relacionais. Como resultados, pontos comuns como não tolerância e respeito, conflitos familiares e sentidos sobre identidade/alteridade revelam enfrentamentos, violências sobrepostas e desejos quanto ao reconhecimento de vidas vivíveis.

Palavras-chave: Juventudes. Sexualidades. Direitos Humanos. Educação.

TRANS IDENTITIES IN YOUTH: FAMILY AND SCHOOL CHALLENGES IN THE FINE LINE BETWEEN BEING - NOT BEING, AND NOT BEING - BEING.

Abstract: This study aims to describe and analyze - from a review of literature and narratives of young people - experiences and relationships (family and social) from representations of sexualities and gender identities of high school youth of a school in the public network of Salvador, Bahia Brazil. With a critical epistemological approach and qualitative methodology, based on participatory empirical observations and integrated into the daily school life, young people aged 18 to 24 were interviewed about their relational experiences. As a result, common points such as non-tolerance and respect, family conflicts and feelings about identity / otherness reveal confrontations, overlapping violence and desires as to the recognition of living lives.

Keywords: Youths. Sexualities. Human Rights. Education.

Introdução

É, a meu ver, nesse *clinamen*, ou desvio, que deve fundar-se a ideia mesma do feminismo. O desvio ousado de imaginar o que não existe – o que ainda não existe. Não tanto insistir na igualdade de direitos, antes pôr fim à dominação e exploração que resultam da ordem hierárquica. (RAMALHO, 2016, p.163-164).

Definir categoricamente uma pessoa a partir de pressupostos corporais, gestuais, comportamentais ou performativos, no que concerne a transgredir (ou ao *clinamen*) padrões que são socialmente inteligíveis e considerados normais pela sociedade, pode ser fator desencadeante de discriminações, preconceitos e violações que venham a ocorrer em razão das percepções externas sobre os sujeitos e seus desejos, escolhas e autodeterminações.

Qualificar-se como uma identidade substantiva é tarefa das mais árduas, pois tais aparências são identidades geradas por regras, que se fiam na invocação sistemática e repetida de regras que condicionam e restringem as práticas culturalmente inteligíveis da identidade. **Aliás, compreender a identidade como uma prática, e uma prática significativa, é compreender sujeitos culturalmente inteligíveis como efeitos resultantes de um discurso amarrado por regras**, e que se insere nos atos disseminados e corriqueiros da vida linguística. (BUTLER, 2017, p. 249 [grifo nosso]).

O corpo é visto, em nossa sociedade, como um verdadeiro réu, em constante julgamento. Julga-se sobre o que somos (estética) ou o que podemos nos tornar (dever), sobre de que forma precisamos nos comportar (vigiar e punir, controlar e adestrar são as ações históricas comuns), sobre o coerente e o incoerente, sobre as normas de inteligibilidades culturais que, ao não serem “encaixadas”, sentenciam os corpos como “anormais”, “desviantes”, “estranhos”, “excêntricos” ou “aberrantes” (BUTLER, 2017; FOUCAULT, 2014; VALE DE ALMEIDA, 2009; LOURO, 2008; PRECIADO, 2004; BRAIDOTTI 2001; 2011).

De acordo com Chauí, “[...] o corpo é dinâmico, e por essência, é relacional: está exposto à ação de todos os outros corpos exteriores que o rodeiam e dos quais precisam para conservar-se, regenerar-se e transformar-se”. (CHAUÍ, 2006, p. 120). Pulsa como arte, como expressão individual e de subjetividades, mas especialmente, relacional.

Corpo absolutamente visível, em um sentido: sei muito bem o que é ser olhado por alguém da cabeça aos pés, sei o que é ser espiado por trás, vigiado por cima do ombro, [...] no entanto, **este mesmo corpo que é tão visível, é afastado, captado por uma espécie de invisibilidade da qual jamais posso desvencilhá-lo**. (FOUCAULT, 2013, p.10 [grifo nosso]).

Berenice Bento (2011, p.553) ressalta que as pessoas que “performam” o gênero, subvertendo o que é socialmente aceito, “adquirem vida através de roupas que compõem o corpo, de gestos, de olhares”. Desafiam e contestam, sobremaneira, as incongruências de gêneros e de sexualidades biologizadas.

O corpo, com sua história é, epistemologicamente, um espaço de cultura e, como tal, **submete-se às regras originadas por um processo de adestramento, seja para educar ou para reeducar, seja para punir ou para perdoar**. Esse caminho não se estabelece

apenas pelas palavras, mas, também, nas ações, nos gestuais, nos olhares, nas ambições, nos medos, nos receios, nas técnicas, entre outras tantas condições que desaguam na “carne” do indivíduo. (SANTOS, 2014, p. 134 [grifos nossos]).

“E apenas porque tudo o mais é tão incerto que precisamos do julgamento que, aparentemente, nossos corpos pronunciam” (WEEKS, 1995, p. 90-91). Resolução esta, que sentenciará um aprisionamento dos corpos, limitando espaços/ocupações, criação e desenvolvimento das redes/relações, o que afeta o convívio social das pessoas e as torna seres abjetos, excluídos e alvos de preconceitos, além das mais variadas formas de discriminação, inclusive de (auto)culpabilidade e exclusão do seio familiar e social. Se no século XIX e início do XX, a docilização era a estratégia, desde ambientes escolares, no século XIX, as expressões de corpos em movimento ganham dimensões de direitos, de exposição e pluralidade identitária sem igual.

Construir a autoimagem implica em posicionar-se acerca das escolhas e de experiências individuais, sejam essas culturais, sexuais, sociais, relacionais ou ideológicas. Essa construção não é fácil, exigindo consonância com epistemologias outras, sendo necessário confrontar-se com desejos e sensações que, a princípio, podem parecer estranhos ou bastante incômodos. Isso ocorre porque, na fase denominada de juventude, nem sempre se tem clareza e consciência das pretensões que circundam o universo simbólico, ímpar, matizado por anseios e vontades.

1 O (trans)curso da construção identitária

A construção da identidade é um processo que se inicia com as vivências e descobertas da sexualidade a partir da manifestação do desejo/orientação sexual, sendo para jovens um período marcado por dúvidas, confusões, contestações e sentimentos contraditórios, o que fortalece a expressão utilizada nesse estudo – “juventudes em trânsito”.

Em sendo a “identidade” assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de “pessoa” se veria questionada pela emergência cultural daqueles **seres cujo gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas.** (BUTLER, 2017, p.43 [grifo nosso]).

De maneira comum, nesse período de definição e descobertas, está presente um paradoxo de aceitação/rejeição e, muito constante, uma fuga da vivência com a própria sexualidade, na tentativa de invalidar a subversão de normas (im)postas pela sociedade - a heteronormatividade e a heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2017).

Na heterossexualidade compulsória todas as pessoas devem ser heterossexuais para serem consideradas normais, na heteronormatividade todas as pessoas devem organizar suas vidas conforme o modelo heterossexual, tenham elas práticas sexuais heterossexuais ou não.[...] Enquanto que a heterossexualidade compulsória se sustenta na crença de que a heterossexualidade é um padrão da natureza, **a heteronormatividade advoga que o gênero faz parte ou depende da “natureza”; existe uma relação mimética do gênero com a materialidade do corpo.** (COLLING, 2018, p.47 [grifos nossos]).

Segundo Hall (2006), somos compostos não de uma única, mas de diversas identidades. Algumas vezes, contraditórias ou não resolvidas. Para ele, ter uma identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma ideia um tanto fantasiosa, pois somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, nas quais cada um irá se identificar, ao menos temporariamente, com um tipo delas.

No entendimento de Hall (2006), as identidades são estabelecidas a partir do elo entre o sujeito e os diversos mundos culturais, as vivências ao longo do processo de desenvolvimento, refletindo ainda o momento determinado. Isso pode ocorrer através das inter-relações das pessoas e a sociedade, das múltiplas relações de intimidade e de sociabilidade que vão se desenrolando, com destaque a essa faixa etária.

Para tanto, assinala o autor, há que se distinguir a identidade em três diferentes concepções, a saber: o sujeito do iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. O **sujeito do iluminismo** compreende-se um ser “individualista”, totalmente centrado na própria identidade; **o sujeito sociológico** traz a ideia de uma identidade estabelecida a partir da “interação” entre o eu e a sociedade, tendo ainda como essência um “eu real”, que é formado e modificado por meio de diálogos contínuos com o mundo sociocultural e, por fim, o **sujeito pós-moderno** abraça o conceito de

trânsito/mobilidade, não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente, que pode ser traduzido na imprevisibilidade e insegurança da contemporaneidade.

A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados nos sistemas culturais que nos rodeiam. **É definida historicamente e não biologicamente.** [...] Assim, em vez de falar da identidade como coisa acabada, **deveríamos falar de “identificação”, e vê-la como um processo em andamento.** A identidade surge não tanto da plenitude da identidade, que já está dentro de nós como indivíduos, mas de *uma falta* de “inteireza” que é preenchida a partir de nosso *exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por *outros*. (HALL, 2006, p. 13 e 39 [grifos nossos]).

Por conseguinte, estabelecer a relação entre sexo/gênero e sexualidades como sendo uma das dimensões elementares para a consolidação da identidade não é apenas uma determinação descritiva, mas uma afirmação de que os corpos deveriam pertencer necessariamente a um ou outro sexo/gênero. Tal assertiva também ressalta a noção de possuírem obrigatoriamente determinada sexualidade/orientação/desejo/performance, traçando, dessa forma, paralelo com as ideias foucaultianas de uma legislação que se desdobra na produção dos corpos.

Reconhecer-se numa identidade supõe, pois, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência. Nada há de simples ou de estável nisso tudo, pois essas múltiplas identidades podem cobrar, ao mesmo tempo, lealdades distintas, divergentes ou até contraditórias. **Somos sujeitos de muitas identidades.** Essas múltiplas identidades sociais podem ser, também, provisoriamente atraentes e, depois, nos parecerem descartáveis; elas podem ser, então, rejeitadas e abandonadas. Portanto, as identidades sexuais e de gênero tem caráter fragmentado, instável, histórico e plural, afirmado pelos teóricos e teóricos culturais. (LOURO, 2018, p. 12 [grifo nosso]).

Tomando essa premissa, conseqüentemente, é urgente refletir e pensar nas diferentes identidades como construtos pessoais, de cada um, admitindo que sejam formadas ao passo em que vão sendo questionadas, a partir das mais diversas conjunturas biopsicossociopolíticas.

A construção identitária não é algo imutável, pelo contrário, como não pode ser considerada inata, pois não nasce com as pessoas, vai sendo formada através das

interações sociais. São, assim, fluidas, instáveis e podem ser moldadas de acordo com suas vivências, comportando relações positivas de inclusão e/ou negativas de exclusão. Além disso, têm sempre duas dimensões: a primeira, como a própria pessoa se vê e se reconhece – identidade, e a segunda como a pessoa é vista na sociedade – alteridade.

Gênero é uma categoria de análise e as identidades de gênero podem ser variadas e misturadas. Pensar que só existem duas identidades de gênero é uma operação que exclui outras formas com as quais muitas pessoas se identificam na atualidade. Todas as pessoas possuem um gênero ou uma mistura entre os dois gêneros mais conhecidos. Assim como as nossas identidades culturais outras, nós também não construímos de forma autônoma a nossa identidade de gênero. Aliás, temos muito pouca autonomia para definir qual será a nossa identidade de gênero porque ela já foi determinada antes mesmo antes do nosso nascimento. (COLLING, 2018, p. 37).

Então, é necessário compreender que as identidades vão sendo (re)formuladas e (re)construídas dentro dos discursos, no âmbito dos construtos pessoais e sociais, impossíveis de serem dissociados. Estes, por sua vez, são demarcados e aprisionados pelo machismo, racismo e heterossexismo, que faz com que as pessoas se sintam inferiorizadas, diferenciadas e excluídas, “fora” do que é dito “aceito e normal”, conforme as narrativas abaixo relacionadas:

*A culpa é da sociedade mesmo! Ela é a culpada em ‘por’ isso na minha cabeça, eu não me achava assim, tipo... sei lá eu não me acho... não sei, é porque **o povo fala tanto e julga tanto que acabei colocando isso na minha cabeça e me acho... sei lá, diferente!** (Abe^l [grifo nosso]).*

A norma que a sociedade culturalmente impõe sobre as pessoas funciona como regulação de seus modos de vida. Corpos ou comportamentos que não se “encaixam” em tais normatividades são vistos/considerados como diferentes ou anormais. Por serem cotidianamente apontados, internalizam que realmente o são. Entretanto, algumas diferenças são completamente aceitas e normalizadas, mas outras são produções socioculturais.

É notório que não é qualquer diferença que assusta ou gera sentimentos de rejeição e que aquelas características que atendem aos padrões hegemônicos como não desejáveis ou negativos tendam a ser vistas como desvios, estranhas, diferentes

ou inteligíveis. Enveredando ainda pela abordagem jurídica nacional, vale destacar a intensificação de movimentos sociais e pressão para agendas e políticas especializadas, consubstanciando mais do que nome social ou acesso ao sistema de saúde.

Ampliam-se conceitos, direitos e reconhecimento social, inclusive, incorporando às identidades de gênero outras dimensões, até então pouco visíveis. Exemplos disso são designados pela intersexualidade e pela transexualidade.

O respeito à situação vivenciada portais grupos é situação que passa necessariamente pela perspectiva dos direitos humanos, da dignidade da pessoa humana e dos direitos da personalidade. Não se pode conceber uma sociedade civilizada, fraterna, humanitária e garantidora dos direitos dos cidadãos que os diferencie por características sexuais físicas, identidade de gênero, ou pela orientação sexual” (CUNHA, 2018, p. 2-3).

Uma (re)ação comum no processo da construção identitária é a culpabilidade em “ser assim”, ao se considerar “errado”, “anormal” ou “abjeto”. Bento (2017, p.49) traz a “abjeção como uma potente categoria heurística nos estudos voltados para a compreensão do lugar reservado socialmente aos corpos sem inteligibilidade social”. Difícilmente apareceriam sentimentos contrários, já que essa é uma característica da heterossexualidade compulsória – domínio da cultura machista, sexista e translesbo-homofóbica.

O (auto)pronunciamento dos corpos depende-se com coragem da autodeclaração. “A gente é assim” – podendo ser entendida como um instrumento preventivo e protetivo, tal qual uma possibilidade inclusiva, para dar visibilidade à existência desses corpos, bem como adequada às interações com as diversidades sexuais e de gêneros.

*Eu acho que, quem começa... Acho que não tem coragem de voltar atrás! Veja bem... Como é que você vai passar por tudo que você já passou... **Então eu acho que a gente tem muita coragem! Eu tenho muita coragem!** Os homens ficam me chamando de veado, veadinho..., mas eu acho que, no fundo, no fundo, eu sou mais homem que muito deles! Porque pra você chegar e dá a cara à tapa assim... E sair na rua assim... É complicado! Às vezes a situação fica feia... **Só muita coragem mesmo! Tenho uma vida muito complicada! Ser Eu é complicado!** (Elen, [grifos nossos]).*

Conseguir afirmar-se socialmente e enfrentar um padrão normativo que impera e rege a cultura hegemônica heterossexista da sociedade, o que é, ademais, altamente complicado, um processo bastante complexo, sendo uma verdadeira (re)construção identitária e uma (re)afirmação sociopolítica importante para o (auto)reconhecimento, devido à presença marcante de estigmas, preconceitos e rotulagens que circundam todos os meios de sociabilidade que essas pessoas possam pertencer e (con)viver.

A não-valorização da vida como opção é uma afronta ao sujeito ético-moral. O não-reconhecimento (absoluto ou relativo) do indivíduo retira da sua essência o valor mais precioso: a humanidade. (CAVALCANTI; SILVA, 2017, p. 76).

Assumir a postura política e, sobretudo, crítica, na incessante luta para minimizar o estigma de seres ‘abjetos’ ou ‘vidas precárias’ e não vivíveis (BUTLER, 2015). Tal situação visibiliza e busca de reconhecimento como pessoas ou vidas vivíveis e inteligíveis, nas suas diversas possibilidades identitárias e de alteridades, o que se constitui como uma das mais importantes atitudes e reflexões colhidas nas histórias de vida de jovens que contribuíram com esse estudo.

Cada pessoa precisa ser compreendida em sua especificidade. “Aprender o mundo e as expressões de humanidade são considerados alicerces e pontos de partida” (CAVALCANTI; SILVA, 2016, p. 56). Porém, convém começar na (auto)compreensão, a partir de uma imersão interior, por meio da aquisição de (auto)conhecimentos e pela prática e vivência da (auto)crítica. Assim, cada pessoa vai aprendendo a ser única, incomparável e distinta de todas as outras que a cercam, para aprender a (con)viver com todas as diversidades, mesmo dentro de suas singularidades.

A discussão sociológica tem buscado compreender a noção de pessoa como uma agência que reivindica prioridade ontológica aos vários papéis e funções pelos quais assume viabilidade e significado sociais. [...] Enquanto a indagação filosófica quase sempre centra a questão do que constitui a “identidade pessoal” nas características internas da pessoa, naquilo que estabeleceria sua continuidade ou autoidentidade no decorrer do tempo, a questão aqui seria: em que medida as *práticas reguladoras* de formação e divisão do gênero constituem a “identidade”, a coerência interna do sujeito, e a rigor, o *status* autoidêntico da pessoa? Em que medida é a identidade um ideal

normativo, ao invés de uma característica descritiva da experiência? Em outras palavras, a “coerência” e a “continuidade” da “pessoa” não são características lógicas ou analíticas da condição de pessoa, mas, ao contrário, normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas. (BUTLER, 2017, p. 42-43).

2 Identidades em campo escolar formal e informal

O aprendizado e o enfrentamento da diversidade identitária, frente às normas de inteligibilidade socialmente aceitas e estabelecidas, remete-nos aos quatro pilares para a educação do século XXI, descritos por Jacques Delors (2006 [1998]) no relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), quais sejam: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a (con)viver juntos e aprender a ser.

Esse objetivo compactua com o conceito de educação ao longo de toda a vida, com as articulações que se desenvolvem entre a família e a escola para aspirar a uma sociedade onde “todos, sem exceção, possam frutificar os seus talentos e potencialidades criativas, o que implica, por parte de cada um, a capacidade de se responsabilizar pela realização do seu projeto pessoal” (DELORS, 2006, p. 16), de forma que, mesmo desenvolvendo e colocando em prática os ideais individuais, não se distanciem da convivência social com o outro:

[...] **viver juntos desenvolvendo a compreensão** do outro e a percepção das interdependências – realizar projetos comuns e preparar-se para gerir conflitos – **no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz.** (DELORS, 2006, p. 102 [grifos nossos]).

O presente estudo pretende dialogar com os enfrentamentos nos ambientes familiares e escolares de jovens no percurso do aprendizado de dois dos pilares da educação (aprender a SER e aprender a CONVIVER), que fazem parte tanto da educação informal (família), quanto da formal (escola) e auxiliam na formação identitária e autoconhecimento da pessoa, pois, de acordo com Delors (2006, p. 86), “à educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permite navegar através dele”. Dessa forma, cabe a cada pessoa a condução de seu próprio percurso, respeito

aos direitos coletivos e individuais, dimensões dos direitos humanos e, sobretudo, a esfera de subjetividades. Ao passo que fica a cargo da educação disponibilizar os nortes e direcionamentos desse movimento (VIEIRA et al., 2013).

Quando um jovem ultrapassa a barreira e enfrenta seus próprios medos, encoraja-se e, com firmeza, consegue “relatar a si mesmo” (BUTLER, 2015), aceitando a condição da sua sexualidade, mesmo “remando contra a maré” da normatização da sociedade, esperam o mínimo de apoio e entendimento das pessoas que mais amam, que são as que constituem a família. Entretanto, esse espaço ímpar de acolhimento e amor é onde primordialmente também se encontram os embates e os enfrentamentos. “Assim, a família, para além de ser um espaço de afetividade e autenticidade, pode constituir igualmente um espaço de opressão e violência” (DIAS, 2001, p.105). Assim, configuram-se como precursores das imposições e das múltiplas estratégias de disciplinamento e censura dos corpos, na clara tentativa de ceifar a vivência das sexualidades que não se “enquadram” nas normas inteligíveis da sociedade. Essa reação inicial de muitas famílias, como a negação, a frustração, insatisfação e decepção são os geradores dos conflitos iniciais.

Eu acho que no fundo... A família sabe, só não quer aceitar! Mentem pra elas mesmo! E para criança também! Porque elas falam: ‘Você não é isso!’ Mas, no fundo, sabe que a criança é, entendeu? Acho que eles falam isso de medo, né? Quem é que quer ter um filho assim? Se eu tivesse um filho não ia querer que meu filho fosse assim não, porque eu passo por isso, eu sei né o que eu sofro, não ia querer que meu filho sofresse o que eu sofro né? Passar por tudo que eu já passei... É fogo! (Elen, [grifos nossos]).

Esses “surtos” iniciais, seguidos das primeiras rupturas, são as fugas encontradas pelas famílias como negação da circunstância, na tentativa de tornar reversíveis tais identidades. Rupturas, assim, desestruturam a vida de jovens e impõem um processo intenso de subjetivações e conflitos. É a partir de suas primeiras decisões (“saída dos armários” e confiança na comunicação para entes próximos) que assinalam o ato de assumir para a família a pluralidade de seus desejos/orientações/sentimentos sexuais.

Meu pai! Ficou ranzinza, porque ele é antigo! Se vou à rua com ele, ele finge que não me conhece, como se não fosse filho dele! E minha irmã mais velha, depois que me assumi como gay/homossexual, ela não gostou! Se afastou de mim: hoje em dia, não fala mais comigo, não tem nenhum contato! Meu irmão

*a mesma coisa... também não gostou! Ah! **O pior pra mim foi minha irmã... fiquei surpresa por ela me largar, me deixar de escanteio, só porque me assumi. Chorei muito, porque gostava muito dela, até hoje gosto né? Mas... eu sinto muito a falta dela. Mas fazer o quê né? A vida continua...*** (Edy, [grifos nossos]).

*Contar pra família **foi assustador! Por causa de meu pai. É o pior pai que poderia ter. Tem que ver, é que meu pai repugna isso! Falou que não era nem para eu falar mais com ele. Ele chegou ao ponto de dizer que não olha nunca mais na minha cara.*** (Elen, [grifos nossos]).

As violações sofridas no seio familiar, decorrentes das revelações das sexualidades das/os jovens, além da privação de muitos direitos, por meio de interdições de relações sociais como retirada da escola, proibição de convívios com determinadas pessoas (principalmente aquelas que são também LGBTQI+, na tentativa de não serem “influenciados”), retenção de aparelhos telefônicos e limitação ou impedimento de uso/acesso a redes sociais e internet, passam ser atitudes de controle dos pais, na tentativa de uma ‘readequação’ da/o jovem à heterossexualidade compulsória:

Ele me tirou da escola e colocou em uma longe, achando ele que ia mudar... ia mudar o quê? Eu aqui ou lá ia ser a mesma pessoa né? Não ia mudar em nada! Ele poderia achar que pelo fato de eu tá saindo do meu ambiente, eu ia poder desistir... Na cabeça dele né? Mas não adiantou nada! Eu não vou deixar de ser quem eu sou por causa de ninguém! (Elen, [grifos nossos]).

É uma readequação ilusória, pois, como mencionado nas narrativas, de nada adianta essas atitudes controladoras e punitivas, uma vez que, na verdade, elas apenas fortalecem a quebra do vínculo e da confiança nas relações. Essa falta de apoio familiar e a convivência em ambientes hostis são fatores que potencializam uma alta tendência à depressão e à solidão/adoecimento.

Além da família, outro corriqueiro palco de conflitos é o ambiente escolar, que deveria abrigar todas as possíveis diversidades da juventude, sendo um ambiente plural e inclusivo, mas ainda, insistentemente, é um local preconceituoso e hegemônico, características essas que advêm dos primórdios da sociedade (ABRAMOWAY; CASTRO; WAISELFISZ, 2015).

[...] as escolas não são espaços exclusivos para o puro aprender e para o puro ensinar. São locais nos quais se estabelecem vínculos

e se criam expectativas e sentimentos. Ou **seja, ensinar não pode ser constituído por um simples repassar ou transmitir conhecimentos. O próprio processo de conhecer exige a percepção das relações – com os objetos e com as pessoas.** (FREIRE, 1995, p. 13 [grifos nossos]).

Considerado um local privilegiado para aprendizagem e socialização, a escola, além de funcionar como um “passaporte de entrada” e de integração na sociedade, compõe, juntamente à educação formal e informal, campos de reprodução e produção sociais, sociabilidades e primeiras experiências de convivência ampliada, diversa e multirreferenciada.

A escola assume diferentes significados, ao mesmo tempo em que é um espaço onde pessoas se encontram em busca de objetivos comuns como conhecimento e novas amizades. Local onde indivíduos são obrigados a conviver todos os dias, obedecendo a horários e normas. Essa convivência diária é responsável por indisposições e conflitos. (ABRAMOVAY; CUNHA; CALAF, 2009, p. 99).

É justamente nesse contexto que instituições como a família e a escola são consideradas como os primeiros espaços de sociabilidade do indivíduo, sendo, portanto, espaços de “buscas de sentido” (CAVALCANTI; GOMES, 2015). Contudo, tornam-se também ambientes de relevantes acontecimentos/vivências e ações violentas, que muitas vezes não são reconhecidas como violações, e, sim, como “atitudes e comportamentos” normais no cotidiano escolar.

Preconceitos e discriminações são aprendidos tanto na família quanto na escola. **Ninguém nasce discriminador e nem preconceituoso, torna-se produto do meio em que vive ademais de processo social intenso de reprodução.** As consequências dos relacionamentos conflituosos aprendidos e/ou adquiridos podem gerar danos não só aos indivíduos, mas também às famílias e à sociedade. (CAVALCANTI; GOMES, 2015 p. 314 [grifo nosso]).

Em um universo de grande fragilidade, a escola está impotente, frente ao fenômeno intra e extraescolar de violência, não contribuindo, assim, para a reestruturação de conhecimentos (GOMES, 2004). Além disso, não responde “para que servem as escolas” (ABRAMOVAY; CASTRO; WAISELFISZ, 2015). O quadro é alarmante, sendo necessário fazer algo, com vistas a minimizar os impactos que não somente refletem dentro da escola, mas na sociedade como um todo.

Em tempos atuais, a educação, em sua esfera mais formal que é a escola,

[...] transforma-se em elemento condicionante de consciência e autonomia, mas concomitantemente em espaços de tensões”. E coadunando com esse ambiente, são justamente os sujeitos integrantes que afirmam os motivos da frequência ou “que entre obrigatoriedade-tempo integral, mais vale os princípios de educação para toda a vida ou educação para liberdade. (CAVALCANTI; SILVA, 2016, p. 56).

A escola é um lugar que abarca grandes complexidades e muitas interações, com demarcação de identidades e estilos, muitas vezes antagônicos, o que promove toda a pluralidade presente nesse meio. Por vivenciar esse território tão diverso, as pessoas tendem a transformar os espaços físicos em espaços sociais e culturais, pois são neles que se estabelecem importantes alianças relacionais. É um território de idas e vindas, encontros e desencontros, contatos, diálogos, discussões, dos mais variados sentidos, que precisa acolher todos os que nela adentram, especialmente, as/os que se isolam e não se sentem ou não permitem ser acolhidas/os.

Para ser coerente, a educação deverá seguir este impulso, contribuindo para ver o Outro, esteja ele onde estiver, como um ser humano com quem devemos colaborar, que nos ajuda a crescer e que nos dá a alegria de o ajudarmos. Trata-se de uma **educação cosmopolítica, ao serviço da sensibilidade em relação ao outro, investindo na solidariedade e na celebração da amizade, na fidelidade, lutando contra a passividade e contra os lugares marcados do Outro**. Trata-se de educação criativa, exigente e rigorosa, interessando-se por todos (ESTÊVÃO, 2011, p. 18 [grifo nosso]).

O papel social da escola deveria ser colaborativo, de fundamental importância para a promoção da igualdade, enfrentamento de todas as formas de discriminação e a promoção de bem estar de todas/os. Contudo, em diversas vezes, não consegue cumprir a função desse local que deveria abrigar tanto as individualidades, quanto todas as diversidades, mas que se esforça em estabelecer uma “educação cosmopolítica”, pois é engessada em normas, em regras e parâmetros taxativos, advindos da cultura patriarcal, machista e sexista.

Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, **a escola produz isso**. Desde seus inícios, a instituição

escolar exerceu uma ação distintiva. **Ela se incumbiu de separar os sujeitos** — tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. (LOURO, 2003, p. 57 [grifos nossos]).

Decorre daí a necessidade de desvelarmos as relações sociais que são estabelecidas na escola tais como elas acontecem mesmo e, assim, poder pensar numa educação emancipatória e efetiva para a prática plena da democracia, dos Direitos Humanos e da justiça social (ESTÊVÃO, 2011).

A permanência e prosseguimento do processo de escolarização passam a ser dos mais complicados enfiamentos, pois se tornam “territórios hostis para se viver as diferentes expressões das homossexualidades e as identidades de gênero não normativas” (GROSSI, FERNANDES e CARDOSO, 2017, p.165).

Eu não gosto quando as pessoas me olham estranho... É constrangedor... Certo dia na escola, numa aula... A professora me chamou por Ele, eu gostei muito da atitude dela... Pensei, enfim alguém me entendeu! Mas aí um menino falou logo, bem alto, é ELA professora! Tipo, todo mundo começou a falar aí o povo todo começou a me olhar e rir... Aí eu fiquei todo sem graça! Eu não falei nada! Eu saí! Foi isso, eu abaixei a cabeça com vergonha e tipo... Saí da sala! (Abel [grifos nossos]).

O constrangimento cotidiano vivenciado e marcado por esses corpos quando comumente são inferiorizados ou reprimidos criam situações de intimidações, que desmotivam a frequência nas aulas e no próprio ambiente escolar.

O sistema não consegue a unidade desejada. Há corpos que escapam ao processo de produção dos gêneros inteligíveis e, ao fazê-lo, se põem em risco porque desobedeceram às normas de gênero, ao mesmo tempo revelam as possibilidades de transformação dessas mesmas normas. (BENTO, 2011, p. 551)

A hostilidade vivenciada por essa desobediência, sobretudo no ambiente escolar, onde se reforça e impulsiona o cumprimento da heteronormatividade e das normas inteligíveis de gêneros e sexualidades, é uma grande propulsora das invisibilidades desses corpos.

É necessário descortinar a evasão e traduzi-la em “expulsão compulsória” que consiste no “[...] desejo de eliminar e excluir aqueles que ‘contaminam’ o espaço

escolar. [...]” (BENTO, 2011, p. 555). Eliminação essa ocasionada pela rejeição e repulsa cotidiana às performances, aos modos de ser e viver, ao descumprimento de normas essenciais, como o uso do nome social. Aumente-se, a cada dia, o desafio da escola de promover, na sociedade, a cultura do respeito, caso contrário, passará a ser o local onde se aprende que a diferença faz a diferença.

*A professora falou assim: Aluna nova? Eu: humrum... **Aí na hora da chamada ela chega se assustou quando ela chamou meu nome de registro e eu: Eu!! Ela me olhou assustada, com aquela cara sabe? Por que eu preciso passar por todo esse constrangimento?** (Elen [grifo nosso]).*

Se a violência escolar é construída a partir de situações e experiências vivenciadas por alunos, ela também pode ser (des)construída com estratégias de proteção, combate e prevenção, que possibilitem uma educação pautada nos direitos humanos, uma vez que: **“Aprender a conviver é um seguro de habilidades sociais para o presente e para o futuro; é, portanto, um indicador de bem-estar social.”** (ORTEGA-RUIZ, 2002, p. 22 [grifos nossos]).

***Eu sou mulher! Não tem como me nomear diferente!** Nasci assim, e acho que pessoas como eu nascem assim. Não vira depois. **E quanto antes se reconhecer de fato como se sente... é melhor! Sofre menos! Não me acho anormal! Sei que sou normal... Já nos olhos deles... na maneira que eles pensam né? Eu não sou!** (Elen [grifos nossos]).*

***Eu me sinto uma pessoa normal, mas que nasci no corpo errado!** Desde quatro ou cinco anos eu já me sinto como mulher, eu já me sentia uma menininha, mas no corpo de homem. **Eu sinto que nasci no corpo errado!** (Edy [grifos nossos]).*

As normas e os valores hegemônicos são os verdadeiros ditadores do conceito de normalidade na sociedade. Quebrar as regras e conseguir ser vista/compreendida como uma pessoa normal não é tarefa tão simples:

Portanto, **não se trata de “saber conviver”, mas considerar que a humanidade se organiza e se estrutura na e pela diferença.** Se tivermos essa premissa evidente, talvez possamos inverter a lógica: **não se trata de identificar “o estranho” como “o diferente”,** mas de pensar que **estranho é ser igual e na intensa e reiterada violência despendida para se produzir o hegemônico transfigurado em uma igualdade natural.** As reivindicações de identidades que exigem direitos são o desdobramento inevitável de uma ordem de gênero que estabelece que a inteligibilidade dos

gêneros está no corpo. Dois corpos, dois gêneros, uma sexualidade. Nessa perspectiva binária, o masculino e o feminino seriam a expressão ou formulação cultural da diferença natural dos sexos. Ao localizar nas instituições a explicação para a gênese das experiências identitárias, inverte a lógica: **são as normas de gênero que possibilitam a emergência de conflitos identitários com essas mesmas normas.** (BENTO, 2011, p. 558 [grifos nossos]).

Essa organização compõe a estrutura do sistema patriarcal, machista, racista e heterossexista que, cada vez mais, se torna colonializado, contribuindo sumariamente para o aumento das hostilidades, violências, discriminações e injustiças sociais. Como ressalta Butler (2015, p.15): “o corpo está exposto a forças articuladas social e politicamente, bem como a exigências de sociabilidade que tornam a subsistência e a prosperidade do corpo possíveis”.

Vejamos os significados construídos pelas/os próprias/os participantes que, obviamente, são influenciadas/os pelos contextos públicos e privados, além das acepções de sociabilidade sobre sexualidades.

O preconceito existe porque a sociedade criou isso... isso que tem um determinado tipo de pessoa que não é normal, pelo seu gosto ou jeito de ser, e ela faz essas pessoas se sentirem anormais. Por isso se tem todas as consequências do que chamamos de preconceito” (Abel [grifos nossos]).

A sociedade é preconceituosa devido aos parâmetros historicamente criados do que é certo/errado, permitido/proibido, normal/estranho. Esses padrões vão sendo continuamente (re)alimentados e, por conseguinte, acabam por “rotular” todas/os que, de alguma maneira, possuam estereótipos pré-concebidos das normas que não são consideradas inteligíveis por esta sociedade. Assim, como resultado, surge a intolerância.

Quando compreendemos a produção das identidades de gênero marcada por uma profunda violência, passamos a **entender a homofobia enquanto uma prática e um valor que atravessa e organiza as relações** sociais, distribui poder e regula comportamentos [...] Aqueles que são hegemônicos têm poderosas instituições que repetem em uníssono: **a normalidade da existência tem como fundamento a diferença sexual.** (BENTO, 2011, p. 556 e 558 [grifos nossos]).

Desse modo, atividades tão simples do cotidiano, ligadas às necessidades humanas mais básicas, podem transformar-se em um martírio, ou em momentos de

grandes constrangimentos, que acabam restringindo a expressão das liberdades individuais, cerceando os direitos de desfrutar de serviços que deveriam ser fundamentais para quaisquer cidadãos.

O afastamento desses pontos qualificadores de humanidade reduz a capacidade de o sujeito entrar na esfera dos direitos e de reivindicá-los. As normas de gênero só conferem vida àqueles seres que estão “ajustados” a essa expectativa. (BENTO, 2011, p. 554 [grifos nossos]).

*Primeiro, **tudo acontece a partir do primeiro momento que bota um pé pra fora da rua!** Aí você já está... O mundo já tá te olhando... Observando... Todo mundo né! As pessoas na rua quando passa já te olham estranho... **É complicado! Me sinto constrangida né? Então as maiores dificuldades que enfrento na vida são todas por causa do preconceito!** Sem dúvidas. **É muito ruim você chegar nos lugares e não ser reconhecida como deveria ser, e por causa disso ser alvo de todo mundo. Todo mundo te olha estranho! É estressante, muito constrangedor. Outro dia, precisei ir à UPA! Aff, que tormento, ainda mais num hospital, que só vive cheio. Aparece na tela um nome de homem, quando você levanta bem amaposinha, bem mulher, parece que todo mundo para de fazer o que estava fazendo e fica te olhando, fuxicando, comentando, estranhando. Muito constrangedor mesmo. Chego no consultório tão atônita por ter passado pelo constrangimento da sala de espera que nem tenho como avaliar mais o atendimento do médico. É tudo sempre tão ruim, que faço de um tudo para não precisar usar esse tipo de serviço público!** (Elen [grifos nossos]).*

A rejeição, a exclusão, a condenação e os ataques violentos de cunho lesbotrans-homofóbicos são os maiores catalisadores dessas estratégias que, por vezes, fazem com que as/os integrantes reneguem suas próprias identidades, performances e jeitos de se vestir, em prol de uma inserção/aceitação pela sociedade de forma menos vulnerável. A vivência das sexualidades vem marcada por um paradoxo entre uma submissão à norma regente, admitida como padrão, e as tentativas de fissuras dentro desse mesmo (cis)tema, para conseguir ser quem é.

*Se eu pudesse usava só short assim, apertadinho. Mas, não toda hora né? Se não vou ficar falada. **Meu pai já acha muito vulgar...** Botar um short curto e usar maquiagem. Essas coisas ele não gosta! **Ele não quer que eu me exponha na rua.** Mas dentro de casa... ele não liga, isso eu acho incrível..., mas na rua pra eu me expor assim... Ele vai pensar que eu tô me exponho ao ridículo, de short curto e tudo mais (Edy [grifos nossos]).*

Decorrente dessa exclusão causada pelo preconceito que ainda impregna e rege a sociedade onde vivem e se relacionam, é comum as juventudes se guetificarem, já que os laços sociais afetivos são raros, e os territórios são fortemente

demarcados para reconhecimentos e (con)vivências. Tanto no ambiente escolar quanto nos locais de sociabilidade, sentem-se melhores e mais seguros quando estão agrupados ou guetificados:

Só saio daqui com minha turma. Todo mundo do meu tipo. Vamos muito no domingo na Barra, perto do Farol, tem um 'tardal' ali. Sempre ficam vários gays, lésbicas e trans. **Mas tem muita gente homofóbica. Prefiro ficar por aqui nos paredão mesmo da vida. Me sinto leve. Todo mundo já sabe como eu sou e me conhece.** E todo mundo do meu cotidiano, então tá ótimo. (Edy [grifos nossos]).

Geralmente não saio aqui do bairro, porque todo mundo já me conhece. Então ninguém mexe comigo. Mas sair pra outros lugares, não saio não! **Ser uma Mulher-Trans me priva muito de ir em vários lugares.** Pra morrer basta estar viva. **Quem é normal já sofre violências, imagina assim, como eu? É complicado... Muito complicado!** (Elen [grifos nossos]).

Vive-se um grande paradoxo em achar que é a/o verdadeira/o culpada/o pelos “problemas” e conflitos que sua sexualidade pode causar, sobretudo no seio familiar. Atrelado à imaginação de uma possível existência de incondicionalidade de amor que as normas hegemônicas da cultura social presumem encontrar nas famílias, “ser aceito” configura-se como o maior desafio encontrado por essa juventude.

Meu maior desafio é ser aceito pela família. Conversei com meu irmão sobre isso e ele me apoiou. Disse que ajudaria no que precisasse, mas minha mãe não aceita completamente.” (Abel [grifo nosso]).

São juventudes marcadas, estigmatizadas e violentadas pelo simples fato de serem quem são. Entretanto, mesmo diante de todos os conflitos e dificuldades, reforçados por tantas amarras e regras socioculturais, importa salientar a resistência, o alívio e a sensação de liberdade ao conseguirem encorajamento para abrir portas e “saírem do armário”, livrando-se da clausura de (auto)negação, de silenciamentos, angústias e invisibilidades, para, então, alcançarem a coragem e força de assumir e compreender uma identidade considerada subversiva, que converge em formas inteligíveis e manifestam-se, simplesmente, no ato de serem humanos, de (con)viverem como são, sem escolhas, sem opções, mas como vieram/nasceram, razão pela qual devem ser (re)conhecidas/os e inseridas/os.

Viver, Ser e Aprender a (con)viver em uma sociedade tão preconceituosa, que ignora as diversas formas e expressões, considerando somente aquelas que

“obedecem” à norma pré-estabelecida, a partir de parâmetros coloniais patriarcais, machistas, racistas e hegemônicos, pode ser um reducionismo da complexa experiência social.

Consentir um plano pré-discursivo de sexo, entendendo que existem apenas dois gêneros: o masculino e o feminino, é (re)afirmar e (re)forçar a obrigatoriedade de uma matriz heterossexual, que reitera a ordem compulsória entre sexo, gênero, desejo/orientação e prática sexual como sustentação e normatização da vida (BUTLER, 2017; LOURO, 2003).

Essa heterossexualidade institucional exige e produz, a um só tempo, a univocidade de cada um dos termos marcados pelo gênero que constituem o limite das possibilidades de gênero no interior do sistema de gênero binário oposicional. **Essa concepção do gênero não só pressupõe uma relação causal entre sexo, gênero e desejo, mas sugere igualmente que o desejo reflete ou exprime o gênero, e que o gênero reflete ou exprime o desejo.** (BUTLER, 2017, p. 52 [grifo nosso]).

As “vidas” que não se amoldam nos quadros normativos querem, desejam e necessitam alcançar matizes para tornarem-se “vidas vivíveis” (BUTLER, 2015), acolhidas pela hospitalidade, alteridade e igualdade, e não apenas para obter um reconhecimento de suas identidades.

Os sujeitos são constituídos mediante normas que, quando repetidas, produzem e deslocam os termos por meio dos quais os sujeitos são reconhecidos. Essas condições normativas para a produção do sujeito produzem uma ontologia historicamente contingente, de modo que **nossa própria capacidade de discernir e nomear o "ser" do sujeito depende de normas que facilitem esse reconhecimento.** (BUTLER, 2015, p. 17 [grifo nosso]).

As agressões, as constantes ameaças e as demais violações presentes nos ambientes doméstico-familiares e escolares reverberam a dimensão da intolerância, da frustração e, sobretudo, dos medos que se misturam com sentimentos de culpas em um esforço angustiante da família em conseguir uma “recuperação” daquelas/es que transgridem a ordem hegemônica. A negação da identidade ou a rejeição das/os próprias/os filhas/os é uma tensão que decorre das frustrações da própria família.

Urge reconhecer esses “seres” ou essas “vidas”, em suas múltiplas identidades e alteridades, contrapondo-se ao modelo posto de uma sociedade organizada em torno de uma concepção do “outro” como ser inferiorizado/menosprezado.

Para as pessoas consideradas subversivas, demanda-se a necessidade de pensar para além dos contextos familiares e sociais violadores e preconceituosos. É nessa conjuntura que a pesquisa educativa surge como ferramenta transformadora, capaz de apontar a urgente e ampla necessidade de promoção de espaços que problematizem as possibilidades de Ser, Estar e Conviver na contemporaneidade.

Dentro dessa ampla versão de realismo, é imprescindível possibilitar maiores debates acerca das diversidades sexuais e de gêneros, dando voz e visibilizando vidas passíveis de desumanização, a partir de constelações de saberes e práticas que possam oferecer alternativas que contribuam para diminuição do preconceito, do estigma, dos conflitos e conseqüentemente das práticas excludentes, oportunizando, assim, uma convivência mais harmoniosa, diversa, socialmente igualitária e justa.

[...] sem a sexualidade não haveria curiosidade e sem curiosidade o ser humano não seria capaz de aprender. Tudo isso pode levar a apostar que teorias e políticas voltadas, inicialmente, para a multiplicidade da sexualidade, dos gêneros e dos corpos possam contribuir para transformar a educação num processo mais prazeroso, mais efetivo e mais intenso. (LOURO, 2003, p. 72).

A educação torna-se uma grande e importante aliada, pois não engloba apenas a transmissão de conhecimento. É muito mais que informar: educar é formar. É estar atento à parte afetiva e social da juventude e de seus familiares. Ultrapassa os limites de um pensamento abissal e exige aproximação de saberes, viveres e fazeres, confluindo concomitantemente para educar para a convivência, a tolerância e à dignidade da pessoa humana. Isso remete à ideia de educar para e pelos direitos humanos (CAVALCANTI; SILVA, 2015).

Diferente concepção da educação é defendida por Freire (2017, p. 31), tomando como medida o reconhecer-se dentro de qualquer processo e, em particular, no recorte dado a este trabalho, especificamente no processo de educação escolar, por ser parte do caráter transformador da educação, fazendo-a libertadora por meio da “consciência crítica”. Entrementes, fomentar a construção da ética fundada no

respeito e práxis para e pelos direitos humanos torna-se condição *sine qua non* para a (con)vivência em sociedade.

Considerações finais

Debater as diversidades é determinante no processo educativo, afigurando-se ponto crucial, pois assegura que o sistema de ensino-aprendizagem seja permeado pelos princípios fundamentais da igualdade e da alteridade. O que se objetiva é esvaziar o tradicional caráter discriminatório, produtor de conflitos e desigualdades e transformar as diferenças em aprendizados de grandes riquezas sociais. Contudo, entre ausências e presenças, os matizes da dignidade, das diversidades de gêneros e das identidades delineadas, sobretudo nas juventudes, configuram-se para além das tensões e relações de poder.

Tais relações são marcadas por uma linha tênue entre ser - não sendo (aparência) e não ser – sendo (essência). Enquanto a aparência normatiza e aprisiona pessoas que não suportam (sobre)viver dentro dos padrões considerados inteligíveis e normais pela sociedade, as verdadeiras essências urgem em ser respeitadas e reconhecidas.

As narrativas demonstram o quanto essas vidas que não se “encaixam” no (cis)tema são alvos constantes de preconceitos, intolerâncias, discriminações, isolamentos e exclusões que culminam em múltiplas violências, independentemente do território ou contexto que frequentam. Em particular, foi no ambiente doméstico-familiar que as categorias e aspectos elencados nesse estudo, tais como descobertas/consciência, e preconceito/discriminação, trouxeram memórias e impressões mais dolorosas, mas que ainda reverberam e ecoam muito fortalecidas também no ambiente escolar.

Observar e reconhecer nas falas de jovens suas identidades, contextos e representações de gênero requer cuidado, múltiplas referências empíricas e indicativos sobre agendas específicas e diretrizes educacionais para e com juventudes.

Para tanto, é imprescindível possibilitar maiores debates acerca das diversidades sexuais e de gêneros, dando voz e visibilizando vidas passíveis de

desumanização, a partir de constelações de saberes e práticas que possam oferecer alternativas que contribuam para diminuição do preconceito, do estigma, dos conflitos e conseqüentemente das práticas excludentes, oportunizando, assim, uma convivência mais harmoniosa, diversa, socialmente igualitária e justa.

Notas

* Pollyanna Rezende-Campos é doutoranda e Mestre em Família na Sociedade Contemporânea através da Universidade Católica do Salvador/UCSAL. Integrante do núcleo de estudos sobre Direitos Humanos (NEDH/UCSAL) e do Núcleo de pesquisa e extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades (NUCUS/UFBA). Professora da Rede Estadual de Educação do Estado da Bahia. E-mail: pollyannarcampos@gmail.com

** Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti tem pós-doutorado em Direitos Humanos pela Universidad de Salamanca, Espanha - Universidade Católica do Salvador - Núcleo de Estudos sobre direitos Humanos - NEDH/UCSAL e Universidade Federal da Bahia - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher - NEIM. É docente da Universidade Católica do Salvador. E-mail: vanessa.cavalcanti@hotmail.com

¹ Menção direta à conferência de encerramento feita por Maria Irene Ramalho, "E o que era ser são?' Interseccionalidades e vidas vivíveis". In: *Intersexualidades/Interseccionalidades: Saberes e Sentidos do Corpo*. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 05 a 07 de Setembro de 2018. Artigo composto pelos resultados da pesquisa "Juventudes em trânsito: subversões e conflitos do (cis)tema heteronormativo no contexto familiar e escolar em Salvador", com aprovação pelo CEP/UCSAL CAAE 866.28518.0.0000.5628

² As pessoas entrevistadas, sujeitos da pesquisa, cedentes das narrativas presentes neste artigo, foram: Abel, homem trans, Elen e Edy, mulheres trans, todas elas com 18 anos de idade.

Referências

ABRAMOWAY, Mirian, CASTRO, Mary Garcia & WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Juventudes na escola, sentidos e buscas**: Por que frequentam? Brasília –DF: Flacso – Brasil, OEI, MEC, 2015.

ABRAMOVAY, Miriam, CUNHA, Anna Lúcia; CALAF, Priscila Pinto. **Revelando tramas, descobrindo segredos**: violência e convivência nas escolas. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana - RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, 2009. Disponível em: <http://www.saude.sp.gov.br/resources/crt/central-dearquivos/prevencao/bibliografia-deapoio/revelando_tramas_descobrindo_segredos_violencia_e_convivencia_nas_escolas..pdf> Acesso em: 11 ago. 2018.

BENTO, Berenice. **Transviad@s**: gênero, sexualidade e Direitos Humanos. Salvador: EdUFBA, 2017.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feminista**, v.19, n. 2, p. 549-559, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a16.pdf>> Acesso em: 15 Mar. 2019.

BRAIDOTTI, Rosi. "Becoming-Woman: Rethinking the Positivity of Difference". In: BRONFEN, E. & KAVKA, M. (Eds). **Feminist Consequences**. Theory for the New Century. New York: Columbia UP, 2011, pp. 381-413.

BRAIDOTTI, Rosi. **Sujetos nómades**: corporización y diferencia sexual em La teoría feminista contemporánea. Buenos Aires: Paidós, 2001.

BUTLER, Judith. Performatividade, precariedade e políticas sexuais. **Revista Brasileira de Antropologia Iberoamericana**, v. 4, n. 3, p. 321-336, 2009.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 13 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. & GOMES, Gina Emília Barbosa de Oliveira Costa. Violência(s) Portas Adentro: Categorias Relacionais como Gênero e Famílias em Foco Interdisciplinar. In: BASTOS, Ana Cecília de Souza. et al. **Família no Brasil**: recurso para a pessoa e sociedade. Curitiba: Juruá, 2015. p. 313-338.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. & SILVA, Antônio Carlos da. Controvérsias de/para uma Educação Integral: tendências inclusivas ou exclusivas? In: BORGES, Celma (Org.). **Educação Integral na região metropolitana de Salvador**. Salvador: Edufba, 2016. p. 41-62.

CHAUÍ, Marilena. Espinosa, poder e liberdade. In: BORBON, Atílio Alberto. (Ed.) **Filosofia política moderna**: de Hobbes a Marx. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. p. 113-143.

COLLING, Leandro, **Gênero e sexualidade na atualidade**: Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

CUNHA, Leandro Reinaldo da. **Identidade e redesignação de gênero**: aspectos da personalidade, da família e da responsabilidade civil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

DELORS, Jacques. **Educação**: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 2006.

DIAS, Isabel. O espaço doméstico como lugar da violência de gêneros. **Sociologia**, Porto, v. 11, p. 103-106, 2001. Disponível em: <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1483.pdf>> Acesso em: 19 Mar. 2019.

ESTÊVÃO, Carlos Alberto Vilar. Democracia, Direitos Humanos e Educação. Para uma perspectiva crítica de Educação para os Direitos Humanos. **Revista Lusófona de Educação**, v. 17, n. 17, p. 11-30, aug. 2011a. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/2361>> Acesso em: 19 Mar. 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 2: O uso dos prazeres**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico\As Heterotopias**. São Paulo: Edições, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho D'água, 1995.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa Social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004, pp. 79-108. Disponível em: <http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf> Acesso em: 24 ago. 2018.

GROSSI, Miriam Pillar., FERNANDES, Felipe Bruno Martins & CARDOSO Fernanda. **Sexualidades, juventude e representações docentes: uma etnografia em escolas públicas de Santa Catarina**. Florianópolis: Tribo da Ilha/Copiart, 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Proposições**, v. 19, n. 2, p. 17-23, maio/ago., 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>> Acesso em: 21 ago. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

ORTEGA-RUIZ, Rosário. **Estratégias educativas para a prevenção da violência**. Trad. de Joaquim Ozório. Brasília: UNESCO, UCB, 2002.

PRECIADO, Beatriz Paul. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: N-1 Edições, 2004.

RAMALHO, Maria Irene. A violência da cultura. Sexo, espécie e colonialidade em Maria Velho da Costa. *In*: RIBEIRO, A.S. (Org.). **Representações da violência**. Coimbra: Almedina, 2013, pp. 51-63.

RAMALHO, Maria Irene. Diferença? Ou Variedade Infinita? **Cadernos de Literatura Comparada**, N.º 35, vol. 12, 2016, pp. 161-174 Disponível em <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/48253>> Acesso em 02 mai. 2019.

SANTOS, Simone Ganem Assmar. **Mapeando os corpos femininos na história do tempo presente**: diálogos e representações. Tese (Doutorado em Família na sociedade contemporânea) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2014. Disponível em: <<http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/123456730/189/1/SANTOS%20SGA-2014.pdf>> Acesso em: 23 ago. 2018.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. **A Chave do Armário**: Homossexualidade, casamento, família. Lisboa: ICS, 2009.

VIEIRA, Cristina Maria Coimbra. *et al.* Promoting active aging inside the residential institutions for the elderly: is there something missing? In: OLIVEIRA, Albertina Lima (coord.). **A. Promoting conscious and active learning and aging: how to face current and future challenges?** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013. Disponível em: <http://www.uc.pt/imprensa_uc/catalogo/ebook/E-book_Promoting> Acesso em: 24 mai. 2019.

WEEKS, Jeffrey. **Invented moralities**: sexual values in an age of uncertainty. Nova York: Columbia University Press, 1995.

Recebido em: fevereiro de 2019.

Aprovado em: dezembro de 2019.